



Handwritten signature or initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2023

ATA N.º 3/2023
(CONTÉM 39 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório municipal, pelas dez horas e trinta minutos, com a seguinte ordem do dia:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação das atas das sessões realizadas a 29 de dezembro de 2022;
4. Autorização para delegação de competências na Comunidade Intermunicipal – Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), em matéria de instrução e decisão dos procedimentos contraordenacionais rodoviários;
5. Lista de candidaturas tendentes ao recrutamento para Juizes Sociais para o biénio de 2023-2024 que irão intervir nas causas da competência dos Tribunais Menores (Comarca de Bragança – Juízo de Competência Genérica de Miranda do Douro);
6. Alteração ao mapa de pessoal 2023;
7. Prestação de contas e relatório 2022;
8. 14.ª Alteração ao orçamento de 2023 que incorpora a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da receita, a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, e a 1.ª modificação ao plano de atividades municipais;
9. Apreciação da informação a prestar pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Óscar João Atanásio Afonso, António Manuel Marques Santos, Pedro Velho Ferreira, Maria Virgínia Lopes Preto, Marisa Cristina Torrado Ortega, Paulo Augusto Rodrigues Barbosa, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Vera Lúcia Alves Ruano, Fernando Vaz das Neves, Emanuel Pinto Bernardo, Urbino Anjos Correia, Bárbara Alexandra Couto Fráguas, Carlos Eduardo Córdova



Handwritten initials in purple ink, possibly 'J.P.' and a signature below it.

Pera, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Francisco José Carvalho Parreira, Gualdino Manuel Fernandes Raimundo, António José Fernandes Ribeiro, Lísis Fernandes Gonçalves, Tiago Filipe Fernandes Martins, Nélio Miguel Seixas, Luís Miguel Poço Santiago, Silvino Francisco Preto Silva, António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros:

Júlio Ricardo Gonçalves Miguel, Clara Inês Lucas Martins, Jorge Jacoto Lourenço, tendo as respetivas faltas sido justificadas.

A Deputada Clara Lucas Martins foi substituída, nesta sessão, pela Deputada Cristina Teles Martins.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril, Nuno Marcos Rodrigues, Vítor Manuel Vaz Bernardo e Carlos do Nascimento Ferreira.

Constatou-se a ausência do seguinte membro do Órgão Executivo:

Júlio Meirinhos Santana.

Comprovada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Óscar João Atanázio Afonso, declarou aberta a sessão eram dez horas e trinta minutos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam na sessão, prosseguindo consecutivamente com os trabalhos.

1. Informações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros desta assembleia apresentassem as informações que considerassem importantes para este concelho, tendo-se inscrito o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Fernandes Gonçalves.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Fernandes Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e prosseguiu dirigindo um convite a todos para participar na Festa de Santa Cruz, Festa do 3 de maio, em São Martinho. Referiu que é uma das festas mais importantes para a aldeia e uma das maiores festas do Concelho.



Handwritten signature in blue ink.

2. Período antes da ordem do dia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições por forma a que os membros deste órgão deliberativo expusessem as matérias que considerassem pertinente expor, inscrevendo-se os membros seguintes: António Santos, Camilo Vaz das Neves, Emanuel Bernardo, Tiago Martins, Carlos Pêra, António Mamede, Bárbara Fráguas, Lísis Gonçalves, Francisco Parreira, Fernando Vaz das Neves e Eduardo Tiago Sanches da Gama.

O **Deputado António Santos** cumprimentou todos os intervenientes, exteriorizando que tem muito gosto em estar aqui mais uma vez na companhia dos membros desta assembleia.

Começou por felicitar o Dr. Óscar Afonso, pelas novas funções para as quais foi, entretanto, eleito, frisando que é sempre um orgulho ter um Mirandês num lugar de destaque, e que, sem dúvida, ter sido eleito Diretor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto é motivo de orgulho, e por isso felicitou-o.

Por outro lado, manifestou alguma preocupação, nomeadamente, pela sua saída da Direção da Cooperativa Agrícola Ribadouro, em Sendim, e espera que a nova Direção seja capaz de levar a bom porto os compromissos assumidos com o Dr. Óscar Afonso, enquanto Presidente daquela cooperativa.

Referiu que tinha tido recentemente uma reunião da CIM-TTM, na Assembleia Intermunicipal, de que participou na qualidade de representante desta assembleia, e que foram lá aprovadas algumas medidas.

Outro aspeto de que falou foi da questão da Feira da Bola Doce, afirmando que não há dúvida de que o evento trouxe muita gente a Miranda do Douro, constatou que houve gente como já não se via há muito tempo.

Levantou algumas questões com a questão do trânsito, porque, mais uma vez, mostrou as vulnerabilidades que a cidade tem em relação ao estacionamento.

Mencionou que a tenda onde o evento decorreu esteve ali muito tempo, praticamente um mês, e durante um mês não se pôde estacionar no castelo, e que isso provoca sempre alguns constrangimentos. E, mais uma vez, salientou que é importante investir em mais estacionamentos, referindo que naquela parte que não está acabada, e não se tratando de fazer o que os outros fizeram, mas trata-se de continuarem e acabar uma obra que é necessária.

Em sua opinião, é necessário criar lugares de estacionamento, porque tem que haver alternativas para as pessoas poderem deslocar-se e poderem fazer a sua vida e poderem ir à cidade. E que



por isso tem de haver ali alternativas, porque senão acabam por ser constrangimentos exagerados.

A propósito do estacionamento, considera que também é importante a criação de um parque de autocaravanas em Miranda do Douro, comentando que é uma pena, porque vamos a Zamora e vemos dezenas e dezenas de autocaravanas estacionadas. Disse que existe ali um parque só para isso, e que depois poucas caravanas ficam em Miranda devido à ausência de um parque. Mencionou que Miranda é muito agradável e tem vistas soberbas, e que as pessoas aproveitam para estacionar, porque é um local tranquilo, mas que seria importante criar condições, e acha que um parque de autocaravanas não é assim nada do outro mundo e trazia mais gente a Miranda. Para terminar, questionou a propósito dos protocolos com juntas de freguesia, se já há datas previstas para isso.

O Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas, Camilo Vaz das Neves, apresentou os seus respeitosos cumprimentos a todos os que se encontravam presentes e prosseguiu a sua intervenção da seguinte forma:

“À semelhança do que disse o Professor António, de facto houve aqui alguns eventos que marcaram positivamente o nosso território, o nosso Concelho, portanto, um deles, foi efetivamente A Feira da Bola Doce. O outro, e eu quero deixar e manifestar aqui o meu agrado relativamente ao Concurso da Raça Chuva Galega Mirandesa, que se realizou em Malhadas.

E, portanto, o tempo ajudou, não há dúvida nenhuma, eu acho que houve satisfação, foi a leitura que eu fiz no final, houve a satisfação de toda a gente, inclusive, o repasto, que às vezes as pessoas, por falta de afinar paladares, manifestem-se.

Mais uma vez reitero aqui o agradecimento ao Município e a todas as entidades intervenientes no evento, no entanto, vou fazer aqui uma sugestão ao Executivo e para que no futuro, se assim o entenderem, obviamente, são convidadas da administração. Essas entidades no fundo não têm trazido nada de novo ao nosso território, aquilo que eu deixava como sugestão é que, quando se faz a apresentação ou entrega dos prémios, se desse a oportunidade a essas entidades de dizerem alguma coisa, pode ser que às vezes nos tragam alguma informação, e, ultimamente, isso não tem acontecido, pelo menos neste tipo de evento. E, às vezes aproveitam-se, também até para a própria administração, através dos seus representantes locais, acabam por trazer medidas novas para os territórios, é uma oportunidade, também, para promover, essas medidas, portanto, e isto não tem acontecido.



Handwritten marks in blue ink: a circled 'A' and a signature-like mark.

A DGAP, a Direção Regional, no fundo são convidadas e bem, mas, que se dê oportunidade para que digam algumas palavras, nem que seja de incentivo, aos criadores.”

O **Deputado Emanuel Bernardo** cumprimentou todos os que encontravam presentes e prosseguiu colocando algumas questões a respeito de alguns temas, concretamente, saber como se encontra a questão da modernização do “M” de Miranda do Douro. Em que ponto está a questão do matadouro. Saber se já há alguma data de previsão para a chegada a Miranda do Douro do camião limpa fossa. E saber, também, qual é o procedimento e qual é o estado do projeto “8000 pessoas, 8000 árvores”, esperando que esteja em andamento.

Saudou a questão da Feira da Bola Doce, que considera ter trazido bastante gente, e questionou se já havia alguma conclusão, por assim dizer, sobre a questão das feiras, acerca do que foi falado aqui na reunião realizada em fevereiro, pretende saber também qual foi o retorno que isso trouxe para o município, num todo.

Alertou para a questão acerca da que já aqui tinha abordado, em dezembro de dois mil e vinte e um, da importância de dar início à questão da Assembleia Municipal dos Jovens para iniciar no próximo ano letivo, e reforçou que acha que é importante fazê-lo.

Referiu que, quando se começam a vislumbrar as temperaturas elevadas, era importante alertar o Executivo, sabendo que nem tudo é possível, para minimizar os estragos que as temperaturas no verão poderão causar, principalmente com a água.

O **Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro**, Tiago Martins, cumprimentou todos os que se encontravam na reunião e continuou a sua intervenção apresentando um convite para a Festividade de Nossa Sr.^a da Luz, que vai decorrer no próximo fim de semana, em Constantim.

Dirigindo-se ao Executivo Municipal, perguntou como estava o Plano Municipal de Gestão Integrada dos Fogos Rurais, relativamente ao Programa Condomínios da Aldeia, cujo objetivo é dar apoio e resiliência às aldeias localizadas em territórios vulneráveis de floresta.

Deixou um alerta relativamente à questão de cães abandonados, referindo que o Veterinário Municipal, o Dr. Afonso Pimentel, tenta ajudar, mas que quando estes animais chegam ao canil não os podem albergar, porque não têm espaço.

Mencionou que têm tentado resolver esta situação através das redes sociais, dando-os para adoção, e têm conseguido que alguns sejam adotados, mas que não é o suficiente, pelo que apelou para que fosse feita uma campanha de sensibilização para minimizar este problema.



Handwritten initials and a large letter 'A' in the top right corner.

O Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas, Carlos Pêra, cumprimentou de uma forma generalizada todos os intervenientes presentes e dando continuação à sua intervenção dirigiu-se ao Executivo Municipal, mais especificamente ao Sr. Vereador Vítor Bernardo, com que tem estado em conversação relativamente a este assunto, solicitando informação a respeito do projeto da Zona Industrial. Saber se já há algum desenvolvimento desde a última vez que falou com ele. E se podia dar uma explicação acerca desta questão, desde que o projeto saiu até agora, porque tem sido abordado por várias pessoas, algumas com preocupação de correr o risco de perder a obra, outras com um sorriso de orelha a orelha por pensar que o projeto vai cair, com pouca vontade se faça a Zona Industrial em Duas Igrejas. Outros, talvez, com algum receio de que a Câmara gaste demasiado dinheiro neste projeto e não cheque para fazer, por exemplo, uma festa. Solicitando novamente que lhe fosse dada uma explicação desde que o projeto lhe chegou às mãos até agora, para evitar esses comentários na rua e abordagens, às vezes, menos confortáveis.

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, António Mamede, apresentou os seus cumprimentos a quantos se encontravam na reunião e prosseguiu conforme se segue:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.ma Sr.ª Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Sr.ª Secretária Anabela Antunes, Senhores Secretários, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores Deputados, e demais presentes.

Antes de mais, cumprimento e felicito todos os membros desta assembleia, bom dia a todos.

Quero exaltar neste momento os valores e os sentimentos adquiridos com o “25 de Abril”, que há poucos dias celebramos.

Seguidamente quero dar os parabéns ao Executivo da Câmara Municipal pela promoção, exaltação de muitos e variados eventos que decorreram um pouco por todo o nosso Concelho, mais concretamente na cidade de Miranda.

Dos quais se destacou a “Exaltação da Capa de Honras”, a “Feira da Bola Doce e Produtos da Terra”.

Quero assinalar e exaltar a nova dinâmica e o impulso que inculiram em todos os eventos, e a projeção que deram às gentes da Terra de Miranda do Douro.

Devemos todos ser agentes de cultura, pois é esta cultura que lhe confere identidade e nos promove. Fiquei agradado com o que presenciei e ouvi.

Agora quer reclamar algumas necessidades para a freguesia de Vila Chã de Braciosa, aliás, há um ano também o fiz. Solicito e reivindico ao Executivo Municipal a discussão célere de uma



Handwritten signature or initials in blue ink.

rotunda nova, à entrada da Freixiosa que substitua o triângulo ali existente, pois aqui está sempre iminente, alguma perigosidade para o trânsito que ali circula.

Neste propósito, e a título de exemplo, quero também salientar e lembrar que pedi para arranjar o traçado de Vila Chã a Fonte Aldeia, pois já apresenta alguma degradação.

Muitas pessoas, muitos utentes me pedem, pressionam, e solicita o arranjo sustentável desta via. Muitas destas pessoas vão e vêm, de perto e de longe, e aqui não conseguem ver não.

Nunca é demais reclamar, pedir, exigir uma estrada com boas condições de trânsito. Aliás, saliente-se que já foi pelo menos duas vezes adjudicada, em mandatos anteriores, claro, mas nunca executa a obra de iniciação. É das estradas, concelhias mais lastimosamente degradada.

Já que de trânsito falo, peço de forma insistente a colocação de bandas redutoras de velocidade, e alguns sinais de trânsito em algumas ruas e vias de Freixiosa, Vila Chã e Fonte Aldeia para melhor controlar o trânsito e diminuir os sempre eminentes perigos de acidentes.

Peço também, transportes e iluminação que são necessários para alguns pontos, ruas da aldeia Freixiosa.

Por último relembro a necessidade de uma intervenção urbanística na Rua das Pereiras, aliás, tem sido ao longo de vários mandatos, uma promessa eleitoral nunca cumprida."

A Deputada Bárbara Fráguas fez de novo uso da palavra para falar a respeito do tema dos herbicidas. Referiu que continuam a ser deitados herbicidas nas ruas públicas, onde brincam crianças, onde passeiam pessoas e onde circulam animais, na maior parte das vezes, sem qualquer aviso, sem qualquer explicação.

Atenor foi de novo fustigada por herbicidas, sem cuidado nenhum na sua aplicação afetando plantas das hortas de pessoas que não querem herbicidas.

Há que lembrar que nem todas as pessoas querem herbicidas e pelo menos em Atenor há cada vez mais pessoas contra a aplicação deste tipo de produtos na via pública que todos frequentam. O glifosato mata, lentamente, mas mata. Portanto, é uma questão de saúde pública.

Disse que sabe que aquele assunto passa pela União de Freguesias, mas que a Câmara também pode ter um papel importante, tal como já havia dito numa Assembleia anterior, nomeadamente na aquisição de equipamentos alternativos, de monda mecânica, de monda térmica, jatos de pressão, etc.

Outro tema que abordou foi a questão da ETAR'S, a futura ETAR de Atenor e as ETAR's de outras freguesias, alertando que os problemas se mantêm, que o verão se aproxima, que os cheiros e a poluição se agudizam, e que ainda não havia soluções.



A

Concordando com o Emanuel Bernardo, referiu que o camião-cisterna só iria servir para remediar as situações.

Continuou referindo o caso de Atenor, onde os esgotos continuarão a sair diretamente para a ribeira.

Prosseguiu deixando um alerta quanto ao projeto para a ETAR de Atenor, deixando o conselho de estudar e avaliar bem, antes de qualquer avanço, a localização para esta estrutura. Deixou o pedido de não a colocarem junto à aldeia.

As ETAR's libertam cheiros, há cada vez mais gente a investir nesta aldeia, há turismo, há habitantes. Não pensem em colocá-la próximo das casas, e muito menos em locais nobres de interesse paisagístico e de interesse para o lazer. Desloquem-na ainda mais para jusante, e pensem, sobretudo, em associar na sua continuidade uma fito-ETAR de forma que a água que de lá saia não tenha cheiro, nem vá contaminar as hortas e terrenos a jusante.

Entre estes terrenos estão os da AEPGA, onde pastam os burros que são visitados.

Por último, pediu que a informassem sobre o ponto de situação da requalificação urbanística das ruas de Atenor. As ruas à volta da igreja estão cada vez em pior estado e os carros circulam cada vez com mais dificuldades, são zonas muito visitadas e com alojamentos turísticos.

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, procedeu à sua intervenção conforme passa a ser registado:

“Estamos perante um ano em que, como se viu, abril não é águas mil.

Estamos perante um ano em que vamos ter muito pouco alimento para as raças autóctones.

Estamos perante um ano em que, ontem, dia vinte e sete foram atingidos records de temperaturas máximas da Península Ibérica, e aqui também.

Não vamos ter água para a agricultura, certamente, como nós desejaríamos. E quem sabe? Nem para consumo humano.

Eu gostaria de saber qual é a posição do Executivo em medidas preventivas de mitigação, desta falta de água. Sensibilização das populações para a poupança de água.

E se estará no horizonte deste Executivo haver um apoio direto à mitigação da falta de água, e trabalhar junto do Ministério da Agricultura para que as medidas que vão para o Centro, e Sul do país, o apoio direto, a ligação da falta de água para a agricultura, que serviços mais podem trazer, ou sermos ilegíveis a esses apoios.

Quero dar aqui os parabéns ao meu colega Nélio, pelo Trail do Contrabando do Café.

Só lamento que, em agosto do ano passado, tivemos a iniciativa em São Martinho,



4
A

juntamente com “nuestros hermanos” de Alcanicés, e fizemos um trail, cujo tema era “O Contrabando”, coincidentemente patrocinado pelos Cafés Palmeira.

Não fazemos concorrência a ninguém, nem queremos fazer concorrência a ninguém, mas, parece que é uma extensão da ideia, podíamos ter conversado.

Ele soube muito bem o que aconteceu e em vez de eu ter apoio diretamente, que não solicitei apoio ao Executivo, não estou a queixar-me disso.

Foram feitas visitas menos agradáveis para tentarem cancelar a prova imediatamente antes do início da manhã, o processo correu e não deu em nada.

Relativamente à candidatura “8000 Habitantes, 8000 árvores falei com o Vice-Presidente, dei-lhe a minha opinião, só considero que este projeto seja exequível dentro do prazo útil.

Se, a empresa que ganhou o concurso se tentar com cada um dos Presidentes de Junta, por todos executarmos o projeto.

Passou um mês, e até agora não houve nenhum desenvolvimento, que eu saiba.

Gostaria de saber se pensaram, se é possível, se querem trabalhar em equipa, e cada um de nós conseguir fazer as rubricas que são elegíveis ou possíveis que temos capacidade e essa empresa concluirá o restante.

Fico muito feliz por saber que Antenor, Palaçoulo, Prado Gatão, Sendim, e Teixeira, Picota e Fonte Ladrão, são mais importantes do que São Martinho, em termos de vias de comunicação.

São Martinho está dentro de uma lista negra, não é, como o Vereador e Vice-Presidente, disse na campanha eleitoral, em São Martinho, na casa do povo.

Que era uma vergonha estarem assim as ruas, e é verdade que é uma vergonha, infelizmente.

Eu já nem peço tapete, eu já só peço que tapem os buracos, por favor.

Senhor Vice-Presidente, já me disponibilizou que fizesse com cimento, se quisesse fazer a freguesia com cimento, tapar os buracos. Só que aquilo já não são buracos, já são crateras.

Eu gostava que me explicasse, porque é que sendo São Martinho primordial, o Senhor Vereador Vítor Bernardo, a quem tantas vezes pedi que quando fossem fazer os levantamentos topográficos, identificar as zonas de intervenção me dissesse, que eu estava lá presente, até agora, não sei se foi, se não foi. Ninguém me disse nada.

Tem um projeto ou um orçamento de uma empresa ilegível, que não está tapada, do Planalto, é de Trás-os-Montes, que pode fazer esse trabalho. O orçamento que eu tenho são noventa e sete mil euros, e em conversa, vocês falam em dois milhões. Dois milhões em alcatrão, dá para fazer muitas São Martinhos.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'J.P.' and a signature below it.

Se me fizerem transferência de competências, eu consigo fazer a obra por noventa e sete mil euros. Arrisquem! Eu sou capaz de a executar.

Em relação aos sinais de trânsito, e sinais de informação foram perdidos há cerca de um ano, e até agora os sinais ainda me apareceram, eu pedia que fosse tratada com um bocadinho mais de cuidado e de forma mais célere.

Relativamente ao camião-cisterna, que já aqui foi falado, é muito importante. São Martinho, com a ajuda do Senhor Vice-Presidente que nos facultou material britado para se fazer um prolongamento da via para condições de acessibilidade deste camião para limpeza da estação de tratamentos.

Mas o problema de São Martinho não se prende só com esta estação, porque tem havido investimento do Executivo, é verdade, foram substituídas as bombas elevatórias, e muito bem, o problema é que da parte montante da aldeia até o centro, os esgotos estão esmagados.

Portanto, por mais bombas e melhores camiões, os esgotos não passam da parte norte, para a parte sul. É por isso que nós temos constantemente aquele problema a correr para a ribeira.

Quando eu alerto o Vereador, o Vice-Presidente disponibilizou-se imediatamente para resolver a situação, só que andamos com um tratamento paliativo, não se resolve aquilo de raiz, isso ativamente expõe.

Estamos a falar que são duas zonas identificadas, se calhar, numa semana resolve-se o problema para muito tempo.

E relativamente ao protocolo para dois mil e vinte e três, gostaria que nos informassem sobre as formas como nós devemos fazer o pedido, os montantes ilegíveis, as regras para este ano, e quando é que nós podemos fazer os pedidos, para não ser como no ano passado, que foi na última assembleia do ano, para o ano corrente."

O Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Francisco Parreira, cumprimentou todos os presentes e continuou conforma passa a ser transcrito:

"Queria começar por dar os parabéns ao Executivo, que é o município, pelo evento realizado da Feira da Bola Doce, que decorreu realmente bastante bem.

Trouxe bastante gente a Miranda, já há algum tempo que não se via tanta gente, e isso foi realmente positivo.

Em segundo lugar, deixar aqui uma nota, para mim, já no próximo ano letivo, em relação às condições dos autocarros que transportam as crianças das aldeias.



UP
A

Alguns pais têm falado comigo pessoalmente, no Inverno as condições do autocarro não são as melhores. Acho que era importante verem isso, para que as crianças tenham um espaço com melhores condições.”

O Deputado Fernando Vaz das Neves fez uso da palavra para falar acerca do “Trail do Contrabando do Café”, referindo que este evento foi organizado pela sociedade civil de Miranda do Douro, que não tem nada a ver com a Junta de Freguesia de Paradela, nem com o Executivo, o que não quer dizer que não tenham apoiado, mas que foi algo combinado e planificado entre atletas, e outras pessoas, e que pretendia apenas que ficasse esclarecido que não houve interferência política.

O Deputado Eduardo Tiago Sanches da Gama apresentou os seus cumprimentos e prosseguiu da seguinte forma:

“Eu vou ser breve.

Em primeiro lugar, sobre o concurso da Churra Galega Mirandesa, como Presidente da ACOM queria agradecer o apoio do município.

Em relação ao que o Camilo disse, já era nossa proposta, e para o ano vamos propor fazer umas jornadas, enquanto os júris estão a ver as ovelhas, nós irmos se calhar para o Centro, para os escritórios, para as salas e ter umas apresentações. Porque nós precisamos dar alguma informação aos agricultores, e só funciona quando montamos uma Assembleia Geral para eleição de Contas e que há jantar a seguir. Portanto, um almoço a seguir, eu acho que há muita gente, e que era o momento ideal para pôr as pessoas a falar e este conceito funciona.

Em segundo lugar, queria dar também os parabéns pelo Festival da Bola Doce e como estou ligado ao turismo, queria fazer já aqui um convite e um desafio ao município e à Junta de Freguesia de Miranda do Douro. Eu já me disponibilizei ao senhor Presidente da Junta e também me disponibilizo para ajudar o município.

Nós podemos fazer feiras medievais, podemos fazer isto e aquilo, mas os outros também têm. Nós só temos duas coisas, é a Bola Doce, e a Capa de Honras. Em relação aos outros, das outras festas possíveis, o que nos diferencia, os outros não conseguem fazer uma Festa da Capa de Honras e da Bola Doce, quer dizer, conseguem, mas não é deles. As Feiras Medievais, nós também podemos fazer e temos todo direito, mas são coisas que já estão feitas noutro lado.

O que eu digo é que nós devíamos fazer um vídeo promocional. Eu posso ajudar na promoção, e devia ser já neste mês que vem, fazer chegar aos operadores turísticos que programam quase com um ano de antecedência, as excursões, e as situações para irem.



O que está a acontecer, é que os locais tradicionais de turismo de Páscoa, quer no Algarve e certos sítios, estão a ficar esgotados e com preços excessivos.

Portanto, as pessoas vão querer arranjar alternativas, e a Bola Doce de Miranda do Douro ainda é novidade, pode ser uma canalização de mercados, de emissão de turismo para esta zona.

Há empresas que têm autocarros que fazem programação com tempo e horas, e trazer pessoas para cá, bem programado.

Ainda estamos com as ramblas não conseguimos sair de casa, deixo vir as pessoas a partir daí é que temos que tomar medidas.

Eu sei que é chatice, é um mês e tenho que resolver o problema do estacionamento, mas lanço esse repto e disponibilizo-me para ajudar nessa temática.”

O Presidente da Assembleia Municipal começou por agradecer as palavras do Deputado António Santos.

Sobre a cooperativa afirmou que também partilha das suas preocupações, expondo que teve mesmo de sair, porque foi imposto, mas que continua disponível para ajudar dentro das suas limitações e numa condição diferente.

Em seguida passou a palavra ao Executivo para responder às questões que, entretanto, lhes foram colocadas.

A Presidente da Câmara Municipal interveio da forma que se segue:

“Bom dia a todos, bom dia ao Presidente da Assembleia Municipal e reitero a felicitação, e a parabenização que o Doutor António que fez.

Sentimo-nos muito orgulhosos desta circunstância e como o Doutor António frisou, é sempre um orgulho vermos o mirandês em cargos que trazem muito relevo pessoal para o nosso território, naturalmente.

Houve aqui a questão da quase transversal a todas as intervenções relativa ao evento que foi a Feira da Bola Doce.

É claro que, só quem quiser ser efetivamente menos positivo é que dirá que não foi um evento que teve um impacto extremamente positivo aqui no território. Que trouxe, efetivamente, muita gente ao território, que já não se via há muitos anos. O mérito não é só nosso, naturalmente, também a circunstância de ser na época que é, já por si é apelativa a que as pessoas saiam de casa e o tempo também esteve maravilhoso, tudo se conjugou.

Claro que isto depois tem o constrangimento do trânsito, mas isso é normal.



Handwritten initials and a signature in blue ink.

Estamos a falar duma cidade, comparativamente pequena, não é com outras cidades onde há a concretização de eventos em tudo semelhantes.

Houve momentos, e há momentos, e o querermos fixar a tenda no sítio onde é, porque é um sítio mais central, se no ano passado causou mais constrangimentos com o trânsito e com o estacionamento, este ano já tivemos um pequeno alívio por causa do estacionamento novo, e é claro que quando há muita e promoção de um evento, seja em Portugal, que houve de facto da nossa parte esse cuidado, seja em Espanha, porque é um público alvo muito apetecível e cada vez mais, alargámos, digamos que, a zona de intervenção dessa promoção, fomos para lá de Zamora, fomos a Salamanca, fomos a Madrid, e o retorno, depois, efetivamente causa estes constrangimentos. Mas também, depois pensa-se nas soluções a partir do momento em que se vive o evento, e vamos pensar e encontrar melhores soluções. Mas esses problemas, do estacionamento vai havê-lo sempre, porque não há muita margem para criarmos estacionamentos quando o evento ocupa um lugar de excelência de estacionamento.

Podemos é pensar, para o ano, fixar a tenda nos Trinos, por exemplo, como foi a Feira dos Sabores. E, relativamente a essa situação que andamos aqui a discutir da Feira dos Sabores, da data efetivamente, apesar de termos a consciência de que não foi tão impactante como seria no mês de fevereiro, e já tomámos a decisão que para o ano, independentemente de feiras que calhem nessa data, vamos fazer a Feira dos Sabores no fim de semana do Carnaval, ainda que haja outras feiras noutros concelhos aqui do distrito. Porque achamos que este Público aqui, ou estes turistas que queremos cativar desta zona de Salamanca, de Zamora e de Madrid, virão aqui, naturalmente, há muita gente que se desloca a Miranda nessa altura, portanto, em princípio será nessa data.

O facto de a tenda ter estado demasiado tempo no local, também nos incomodou a nós, e vocês têm que perceber, não sei se tiveram conhecimento que houve um acidente na tenda aquando da montagem e houve este constrangimento da parte da seguradora que levou a este arrastar.

Nós, quanto a isso, não podemos exigir porque havia essa questão, com a seguradora, tivemos que aguardar.

Relativamente ao concurso da Raça Churra Galega Mirandesa, este ano, digamos que o evento se arrastou demasiado tempo, em termos do concurso dos cães do gado transmontano, e os elementos do júri eram pessoas muito criteriosas e que estiveram ali demasiado tempo, do nosso ponto de vista, não é do ponto de vista deles, sabemos que nós não podemos intervir nessa parte da intervenção dos júris, nem podemos acelerar esses processos, não é esse o nosso papel.



7
f

E depois, de facto, quando foi da cerimónia da entrega dos prémios aos produtores da Raça Churra Galega Mirandesa, também houve um certo pressing, para que as coisas se acelerassem, mas digo-vos que de facto, eu imprimi essa pressa.

Nem tive oportunidade de estar no almoço que me causou uma certa tristeza, mas tudo isso acelerou se um pouco, porque eu tinha um funeral de um familiar em Duas igrejas, e não podia faltar, tinha que estar na entrega dos prémios e não quis faltar. O "mea culpa", assumo aqui, mas também peço a vossa compreensão que há momentos em que temos que estar e não podemos deixar de estar noutros, e peço-vos a vossa melhor compreensão.

Este ano é de salientar a dignidade que demos ao evento com os novos gradeamentos e com as novas bancadas, e espero que tenhamos oportunidade de ter registado que demos uma nova imagem, imprimimos uma nova imagem, como já o temos feito e já o fizemos quando exibimos as raças autóctones, tanto na Feira dos Sabores, em janeiro, como na Feira da Bola Doce.

E é este cuidado, o facto de termos pessoas que têm esta sensibilidade, para estas causas é importante, porque depois desperta-nos para isto e quando vemos as coisas concretizadas no terreno ficamos orgulhosos, e é natural que fiquemos, mas não somos só nós, vós também tendes que ficar orgulhosos.

Relativamente aos projetos, irão falar o Vereador Vítor, e o Vereador Nuno.

Relativamente à questão dos cães abandonados, porque é transversal a todo o Concelho, infelizmente eu já não tenho capacidade para acolher mais animais, tenho dois cães e oito gatos. É um problema, que demonstra muito, também, da falta de carácter de muitas pessoas.

Campanhas de sensibilização, às vezes podem-se fazer, mas no fim chegamos à conclusão de que quase que não resultam. Mas, se calhar de alguma maneira, não podemos abandonar essas campanhas de sensibilização e muita dessa sensibilização também tem que partir do vosso papel de representar as juntas de freguesia.

Como o Professor António nas escolas, como esta questão da água, o melhor tratamento que temos que dar à água.

A água não é um bem infinito e é isso que temos que ter todos conscientes e cabe-nos a cada um de nós sensibilizar e parte dessas campanhas de sensibilização, podemos liderar essas campanhas nós enquanto executivo, mas o Professor António nas escolas, também pode assumir esse papel, vós enquanto representantes de uniões de freguesia, enquanto presidentes de freguesia, enquanto deputados municipais, tendes esse papel, temo-lo todo.



Ninguém pode virar as costas a esta questão, que é uma questão maior e é uma questão que tem que estar cada vez mais presente nas nossas vidas.

E nós enquanto mães, enquanto pais temos também esse papel para com os nossos filhos.

Estes eventos que temos realizado, no fundo queremos cada vez mais pegar naquilo que é a nossa matéria-prima, que são aquelas forças identitárias deste território e promovê-los cada vez mais, ou seja, dar continuidade ao evento da Exaltação da Capa do Honra, agora com um cariz de maior obrigatoriedade, porque, como vocês sabem, a Capa de Honras ou a confeção da Capa de Honras está registada no Património Cultural Imaterial, com salvaguarda urgente, que isso também faz que impenda sobre nós mais responsabilidade, doravante, no presente e no futuro.

Descentralizarmos a cultura com um ciclo de concertos de Inverno, com os ciclos de concertos da Primavera, anteriormente com um ciclo de concertos de Outono, que a maior parte deles, noventa e nove por cento deles se concretizaram nas aldeias, nas freguesias, o último que foi na Fraga do Puiu, com aquela paisagem tão impactante, também numa forma de promover, não só a música mirandesa, que muitos destes concertos não são de música mirandesa, mas, também através destes concertos, promover a paisagem e iniciámos os concertos da Primavera com um concerto na Fraga do Puiu, nesta tentativa e concretização de promoção do território.”

O Vice-Presidente da Câmara Municipal deu resposta a algumas das questões colocadas pelos membros deste órgão deliberativo conforme se segue:

“Bom dia Senhor Presidente, Sr.ª Presidente, caros colegas Vereadores, Senhoras Secretárias, Secretário da Assembleia, caríssimos Deputados, Presidentes de Junta, Sr. Jornalista, e público em geral, um bom dia a todos.

Relativamente aos protocolos com as juntas de freguesia, estamos a estudar a situação dos protocolos das juntas de freguesia, porque este ano a Câmara sofreu um corte no FEF, e esse corte foi para as juntas de freguesia. Nós não queremos prejudicar as juntas, mas também não podemos dar tudo, porque depois ficam as nossas obras por fazer. Espero bem que entendam isso. Estamos atentos, nenhuma junta vai ficar prejudicada, como não ficou até aqui, e acho que fomos sempre justos com todos.

Ao Emanuel Bernardo, relativamente à modernização da ETA, existia um projeto para a modernização da ETA cujo concurso nós lançamos, mas, infelizmente só concorreu uma empresa, mas com valores mais elevados do que os previstos no procedimento.



Handwritten marks in the top right corner, including a circled symbol and a signature.

Essa obra tinha que ser feita até trinta e um de junho, e não podíamos abrir novo concurso, mas temos sempre a possibilidade de candidatar essa obra, não está esquecida e vai ser modernizada ainda neste mandato, com toda a certeza.

Quanto ao matadouro, temos tudo orientado, só nos falta um parecer da Câmara por causa dos fogos rurais para a pormos já a concurso. É só isso que nos está a faltar, e também estamos a aguardar para ver se surge alguma candidatura para podermos candidatar, para não ter que fazer o investimento todo a Câmara.

No que se refere ao camião limpa fossas, nós fizemos o acordo com eles para seis meses, pediram prorrogação de prazo, mais seis meses, acaba a sete ou oito de junho.

Eu tenho grande fé que o camião chegue até trinta de junho, porque senão não é financiado e alguém vai ter de se responsabilizar por isso, porque o negócio está feito.

Dizem eles que, o camião está a ser equipado em Itália e esperamos que chegue. Se nós pudéssemos fazer diferente, nós faríamos.

Das 8000 árvores, 8000 habitantes, o projeto está adjudicado, já estão a começar a montar o estaleiro, portanto, devem estar a iniciar a empreitada.

Uma coisa que é importantíssima, este projeto foi elaborado com a colaboração de todos os presidentes de junta. Nós. Executivo, entregamos aos técnicos e à empresa vencedora, nunca ficamos de fora até aqui ao dia da apresentação.

Se metemos o bico, porque metemos o bico, só queremos as coisas à nossa maneira, se deixarmos, porque ninguém liga. Às vezes começo a ficar preocupado, ou somos presos por ter cão, ou somos presos por não ter cão.

Vejam lá! Decidam o que querem, que nós estamos aqui com toda a boa vontade.

Temos os procedimentos do Pulmão da Cidade, e da Despoluição do Rio Fresno a decorrer, já foram adjudicadas ambas as empreitadas, já foram outorgados os respetivos contratos, e enviados para visto do Tribunal de Contas, aguardamos a chegada do visto

Relativamente ao contrato da empreitada de Despoluição do Rio Fresno, o Tribunal de Contas solicitou alguns esclarecimentos técnicos, aos quais os nossos serviços devem responder até ao dia dez de maio

Relativamente às temperaturas e à falta de água, Emanuel Bernardo, se há algo a que este Executivo dedica muita atenção é à questão da água.



194

A

Depois daquele problema que tivemos no ano passado a meio do Verão, em que rebentaram duas condutas durante uma semana, faltou o abastecimento de água apenas durante meia manhã em Águas-Vivas, devido ao um pequeno descuido, não voltou a faltar mais.

Em resposta ao Lísis, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, acerca dos dois milhões para colocação de alcatrão, era importante saber, que colocar o alcatrão em cima não custa nada, no entanto, depois temos que rebentar esse alcatrão os noventa e sete mil euros que disseste que gastavas que gastavas, tínhamos que nós gastar noventa e sete mil, mais um milhão.

Para tirar esse alcatrão e pôr as condutas da água em condições, os saneamentos, que como tu dizes e muito bem, que arranjam num determinado sítio e aparece amolgado noutro sítio.

E, desses problemas que nós não queríamos saber, e não queríamos mandar por lá alcatrão, para depois ter que o mandar arrancar, que é o nos acontece em quase todo o concelho.

Percebeste, é essa a diferença e era nisto que devias ser sério, porque quando tu vens para aqui falar para a Assembleia Municipal, que nós falamos num milhão, era para resolver o problema todo, São Martinho, não é para pôr alcatrão, nem para tapar buracos.

São logo resolvidos três problemas, a questão da água, o saneamento, e o alcatrão.

Esse é que é o problema, e é nisso que nós devemos ser sérios.

Eu falei contigo várias vezes e custa-me, que tu venhas aqui para as assembleias dizer o que te apetece dizer. Porque devias pelo menos dizer qual é a realidade, e o que é que nós temos combinado.

Em resposta ao Tiago Martins, dizer que os concursos, temo-nos estado atentos, e temo-nos esforçado muito para que corram bem, não está perfeito, mas nada, nem ninguém é perfeito.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, António Mamede, tem toda a razão, a estrada de Fonte Aldeia a Vila Chã está estragada e nós temos isso em consideração.

Mas são coisas que nós não podemos resolver no momento para o outro. Não há apoios para os arranjos das estradas e vai ter que ser do orçamento do município. Mas, com certeza que a estrada será arranjada neste mandato, não será este ano, mas possivelmente para o próximo ano, creio que sim.

Quanto às bandas reductoras de velocidade, está a ser tratado soube que estão para chegar.

A Rua das Pereiras, já fomos ver, já fomos fazer o levantamento, vamos fazer, com toda a certeza, os saneamentos que faltam na Rua das Pereiras, colocar as luminárias de iluminação pública, mas já resolvemos o problema do lixo.



4

A

Deputada Bárbara, Deputada ao Presidente da Junta de Atenor, eu acho que é Presidente da Junta de Atenor.

Relativamente à ETAR, a única aldeia do Concelho que não tem ETAR é Atenor.

E vocês têm que entender que não conseguimos fazer as coisas do momento para o outro.

Os projetos demoram o seu tempo a elaborar e ainda não há candidaturas abertas para a execução de ERTA'S.

Nós não podemos estar a fazer investimentos em ETAR'S quando vai haver dinheiro para essas candidaturas, e é por isso que as coisas demoram.

Quem me dera a mim que o Executivo pudesse chegar aqui amanhã, e dizer, vamos fazer a ETAR.

Sabe porque é que conseguimos fazer o depósito da água? Porque estava para ser pago pela Câmara, já estava o projeto feito, é verdade, e nós candidatámos. Estava a candidatura aberta na quando chegamos aqui, candidatámo-la e foi aprovada e financiada a cem por cento.

É isso que pretendemos também para as ETAR'S, e vamos ter em atenção onde vamos fazer a ETAR.

Relativamente aos herbicidas, eu já disse várias vezes, já conversei várias vezes com os Presidentes de Junta a esse respeito.

Veio aqui um senhor a apresentar um herbicida biológico e eu disse-lhe para ir falar com todos os Presidentes de Junta.

Eu compreendo que é difícil, não se consegue ter as ruas limpas, mas estão sempre a dizer para evitar que utilizem os herbicidas. A mim também me causa muito transtorno, porque até acho que cinco dos meus animais morreram por causa do herbicida.

Eu concordo com o que a Deputada disse acerca dos herbicidas, e tenho avisado para termos cuidado com os herbicidas, o município não gasta um litro de herbicida.

Lísis, o alcairão, que o Vice-Presidente deu, não foi o Vice-Presidente, não há favores para ninguém, foi o Executivo, e damos a todas as juntas.

Relativamente ao trail, o Fernando Vaz das Neves respondeu, e respondeu bem. Pediram apoio ao município, eu acho que à junta foi igual, pediram apoio e foi dado apoio ao Clube de Miranda para ajudar a população civil a organizar.

A todas as pessoas que pedem ao município apoio financeiro temos estado sempre abertos para conceder a todos os apoios solicitados, portanto, acho que ninguém pode dizer o contrário.

Se é organizado em Paradela, Constantim, contra isso não podemos fazer nada.



14

A

As 8000 mil Árvores 8000 Habitantes, façam como entenderem, falem com a empresa, falem com os nossos técnicos. Se tiverem algum problema, falem connosco. A empresa já está aí para arrancar, já está o estaleiro montado, por isso já devem estar a dar início.

Os arranjos urbanísticos, falei com o Lísis, quanto aos buracos nas vias da sua freguesia, que era mais simples para ele, faziam um orçamento, a Câmara fazia um protocolo para ajudar a resolver o problema dos buracos. Não é para alcatroar, porque não vamos alcatroar, convém combinar isso com Lísis, só vamos alcatroar quando arranjarmos o que está por baixo do alcatrão.

São Pedro não vai ter arranjos urbanísticos este ano, mas, quando falamos em Palaçoulo, em Sendim, em Prado Gatão, em Teixeira, em Atenor, em Picote e no Barrocal estas localidades não recebem arranjos urbanísticos há sete ou oito anos.

Quando chegamos à Câmara verificamos quais tinham sido os últimos arranjos urbanísticos que tinham sido feitos e tentamos compensar as localidades que não tinham tido arranjos urbanísticos, que até já havia indicação para fazê-los, mas que nunca foi feito. Vão ter a compensação daquilo que as demais localidades já tiveram.

Porque São Martinho, Cicouro, Constantim, já se estão a devolver as cauções aos empreiteiros, deviamo-nos preocupar se foram bem ou mal feitas, nisso é que se calhar tinham razão, o importante é ter atenção a isso.

Não queremos mais para uns e menos para outros, queremos para todos igual e estão aqui todos os presidentes de junta, se houver um presidente de junta que seja tratado de maneira diferente da nossa parte, em relação a outro presidente de junta, pode falar aqui à vontade e o Lísis também pode falar.

No que se refere aos sinais de trânsito, estão todas as aldeias, exatamente na mesma situação, estão a aguardar a colocação dos sinais.

A rede de saneamentos, ainda não há muito tempo que mudamos lá um bocado da rede de saneamento, em São Martinho, e explicou o funcionário que mais abaixo que está estragado, tem que se voltar lá ir e arranjar.

Esses saneamentos foram feitos há quatro anos, é para verem que bem feitos ficaram estes saneamentos. Em quatro anos, nenhum funciona, os que estão a funcionar fomos nós que os fizemos agora.

Dos protocolos destinados às juntas de freguesia, estamos a fazer um estudo para apurar o valor que foi retirado à câmara municipal quanto, quanto é que as juntas de freguesia receberam e ver o que a Câmara pode distribuir pelas juntas, de modo a ser justos com todas a juntas de freguesia



A questão colocada pelo Francisco Parreira, acerca da degradação dos autocarros, é verdade. Eu ainda estou mais preocupado com os autocarros, porque passaram para CIM-TTM. E tenho quase a certeza de que a empresa que ganhou o concurso não vai assumir. E estou quase todos os dias a pressionar o empresário dos autocarros, e arranja sempre desculpas, dizendo que perde dinheiro que não dá, e vai arrastando as coisas.

Conseguimos que fizesse um transporte entre Sendim, Atenor e Teixeira, de forma diferente à habitual, que é para os miúdos não chegarem tão tarde a casa. Têm estado a pedir-lhe que vá buscar um miúdo a Urrós e não vai. Mas estamos atentos a isso. Um dia caiu uma porta de um autocarro e tiveram de ir os pais dos miúdos buscá-los.

Relativamente ao concurso da Churra Galega Mirandesa, não sou muito de acordo tirar as pessoas do concurso caso haja atividades e é bom que seja no local habitual, nunca fora dali, porque se nós queremos ter gente no concurso, não podemos estar a tirar as pessoas do concurso.”

O Vereador Vítor Bernardo fez a sua intervenção do seguinte modo:

“Primeiro felicitar o Senhor Doutor Óscar Afonso, pela sua eleição, por unanimidade, para Diretor da Faculdade de Economia do Porto.

Bom dia, Senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Público, Presidente da Câmara. Presidente da Junta de Duas Igrejas, então vamos lá fazer aqui uma resenha histórica da Zona Industrial da Área de Acolhimento Empresarial, deve ser assim que se chama.

- Concurso lançado para a Zona Industrial de Duas Igrejas, agosto de 2019, há quatro anos.
- Adjudicação do projeto da Zona Industrial, outubro de 2019.
- Projeto base do concurso cinquenta e seis mil euros.
- Adjudicação, vinte e um mil euros.

Toda a gente está a perceber que com esses valores ia dar barraca. Ninguém lança um concurso por cinquenta e seis mil euros e entrega por vinte e um mil euros, aliás, isto é um preço anormalmente baixo.

De outubro de 2019 a outubro de 2021 foi feita uma candidatura a um financiamento, que foi aprovado, presumo que em novembro ou dezembro de 2021, um milhão e quinhentos mil euros. Este Executivo, deu conta, logo no início de 2022, que o projeto estava ao contrário, estavam ruas a bater em paredes, paredes a bater em lotes, uma coisa parecida com isto.

O projeto foi à Comissão de Revisão dos Projetos da Câmara, a Comissão de Revisão, quantos mais são mais opiniões há, cada um tem a sua, e o Executivo tentou rever o projeto fora da



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Câmara. Abriu-se um procedimento, pelo valor de dezanove mil e quinhentos euros, em agosto de 2022, para fazer uma revisão ao projeto da Área de Acolhimento Empresarial de Duas Igrejas.

Era um ajuste direto à empresa que se propôs rever o projeto, rever, não era nada de especial.

Não o fez por dezanove mil e quinhentos euros, quando o projeto foi feito por vinte e um mil e quinhentos. Pois, claro, saiu aquilo que ali está, para ser executado.

Em agosto de 2022, quando foi feita esta revisão do projeto eu fiz uma mensagem eletrónica para a DOM a dizer que queria os concursos todos lançados até novembro desse ano, e foram todos lançados, ETA, a Zona Industrial, a Despoluição do Rio Fresno, a Criação do Bosque no Parque do Rio Fresno, 8000 habitantes 8000 árvores, foram todos lançados em novembro.

Em setembro de 2022, houve a revogação de não proposta da revisão e foi lançado assim, conforme está. Como vos digo, com ruas a bater em paredes, paredes a bater em lotes e lotes a bater em ruas.

Candidatámos o empréstimo de um milhão e duzentos e trinta mil euros, ao Banco Europeu de Investimentos, que também está aprovado e agora está no Tribunal de Contas para ser visado, porque eles têm que o visar. A Câmara não pode consignar uma obra de mais de novecentos e cinquenta mil euros sem ir a Tribunal de Contas. E é isto que se está a passar com a Zona Industrial de Duas Igrejas. Ou seja, o projeto foi mandado fazer em agosto de 2019. Agora tirem conclusões! É isto que se está a passar”

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho solicitou de novo o uso da palavra para responder ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, Nuno Rodrigues, dizendo que não vem para a assembleia dizer o que lhe apetece, mas que são conversas tidas entre ambos ao longo do tempo e que a fita do tempo, com a expressão do Vítor Bernardo fala muito bem, não nos deixa mentir. Referindo que as comunicações entre eles têm sido recorrentes e frequentes.

Estando o tempo a passar, os buracos das ruas aumentam, e que o Sr. Vice-Presidente não avança para tapar os buracos.

Afirmou que não lhe pede tapete, só lhe pede que mande tapar os buracos da mesma forma que taparam os buracos da estrada municipal que vai até às Três Marras.

Perguntou porque é que não o fazem em São Martinho também, as mesmas pessoas, as mesmas equipas, que o fizeram tão bem, e que continuam dentro da cúpula da aldeia. Concluiu enunciando que é muito simples de resolver.

A Deputada Bárbara Fráguas respondeu ao Vice-Presidente da Câmara Municipal que não é Presidente da Junta de Atenor, mas que também está aqui não só como deputada, mas como



Handwritten initials and a signature in blue ink.

habitante, e como proprietária de duas empresas que têm as instalações em Atenor e, por isso, se preocupa bastante com o que se passa naquela aldeia.

Em relação aos herbicidas, pensa que a Câmara deveria fazer mais além do que se preocupar com o assunto. Disse que a Câmara pode investir em equipamento que pode depois circular pelas aldeias para o combate às ervas e trabalhar assim sem utilizar herbicidas.

Referiu que não tinha tido resposta em relação ao que gostava de saber, nomeadamente do ponto da situação dos arranjos urbanísticos em Atenor.

O Vice-Presidente da Câmara, respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, disse que quando refere que o Lísis Gonçalves vem para aqui dizer o que lhe apetece, reforçou dizendo que lhe tinha dito que a Câmara não tem possibilidades nem jeito para tapar os buracos, e que solicitou ao Lísis Gonçalves para fazer um orçamento para tapar os buracos, e ele terá respondido afirmativamente. Mas que, como não conseguiu arranjar alguém, tal como a Câmara não conseguiu, veio para a assembleia lançar cá para fora essa questão.

Disse ao Presidente da Junta de Freguesia que ficasse descansado, que a Câmara manda arranjar os buracos, mas que tem de esperar que chegue o alcatrão.

Relativamente à Junta de Atenor, disse que já sabia que a Deputada Bárbara Fráguas não era a Presidente da Junta de Freguesia de Atenor, que fez esse comentário apenas porque não falou em mais nada a respeito do Concelho, a não ser da aldeia de Atenor. Concluiu afirmando que o lugar de Presidente de Junta de Freguesia de Atenor está muito bem entregue.

Quanto ao investimento em equipamentos, disse que, efetivamente, a Câmara podia investir em equipamentos, mas que existem empresas privadas que já fizeram esses investimentos para resolver esses arranjos, dizendo a propósito que as juntas têm dinheiro, sendo da responsabilidade das juntas de freguesia fazerem esse trabalho.

Comentou que a Câmara contrata empresas para fazerem esse trabalho nos espaços que são da responsabilidade do município.

Disse que a Câmara não vai fazer investimento nesse tipo de equipamento porque tem outras preocupações, outras prioridades.

Relativamente aos arranjos urbanísticos de Atenor, transmitiu que vai ser lançado brevemente o concurso, que o procedimento está feito e que será lançado o concurso a ver se ainda é feito este ano. Ainda a este respeito, disse que em Atenor está previsto o arranjo das duas ruas principais: à volta da Igreja vai ser arranjado com paralelos, e também vai ser arranjada a rua do cemitério.



Finalizadas as intervenções dos membros inscritos, bem como, as intervenções dos membros do órgão executivo, que intervieram para dar resposta às questões apresentadas pelos membros deste órgão deliberativo, foi dada continuação aos trabalhos, passando ao ponto seguinte da ordem do dia.

3. Aprovação das atas das sessões realizadas a 29 de dezembro de 2022, e dezasseis de janeiro de 2023.

O **Presidente da Assembleia Municipal** indagou se algum dos membros presentes pretendia propor alguma correção às atas em aprovação, manifestando-se os membros que a seguir passam a ser mencionados: António Santos e Nélío Seixas.

O **Deputado António Santos** referiu que verificou na ata numa das suas intervenções pequenas correções, indicando concretamente de que se trata.

O **Presidente da União de Freguesias de Iфанes e Paradela**, Nélío Seixas, disse que aconteceu numa situação idêntica numa das suas intervenções, tendo indicado de que se tratava.

Terminadas as intervenções dos membros supraditos, foram aprovadas as atas, por unanimidade dos membros presentes, nas sessões a que se reportam, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com as correções propostas pelos membros acima mencionados.

4. Autorização para delegação de competências na Comunidade Intermunicipal – Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), em matéria de instrução e decisão dos procedimentos contraordenacionais rodoviários.

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou o ponto, dizendo que é relativo à autorização para a delegação de competências na Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, em matéria de instrução e decisão contraordenacionais rodoviários. Referindo que, no fundo, trata-se de aprovar a minuta do contrato interadministrativo.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** deu uma breve explicação acerca do que trata este assunto, referindo que as multas que eram aplicadas pela GNR eram remetidas para a Câmara, a Presidente despachava os autos de contraordenação e os serviços da Câmara tratavam de notificar os visados para pagar a respetiva coima.

Dos valores cobrados, a Câmara arrecadava a percentagem de setenta e sete por cento, e transferia uma percentagem de trinta e três por cento para a GNR.

Depois de celebrado o contrato interadministrativo essa competência passa para a CIM-TTM que vai fazer precisamente o mesmo trabalho, referindo que, a Câmara continuará a receber a percentagem do valor das coimas que forem cobradas pela CIM-TTM.



Handwritten initials and a signature in blue ink.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, depois de concluídas as intervenções, colocou este assunto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade autorizar a delegação de competências na Comunidade Intermunicipal – Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), em matéria de instrução e decisão dos procedimentos contraordenacionais rodoviários, bem como de aprovar a minuta do respetivo contrato interadministrativo.

5. Lista de candidaturas tendentes ao recrutamento para Juizes Sociais para o biénio de 2023-2024 que irão intervir nas causas da competência dos Tribunais Menores (Comarca de Bragança – Juízo de Competência Genérica de Miranda do Douro).

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

Passou a palavra ao Executivo Municipal para explicar de que trata esta questão.

A **Presidente da Câmara Municipal** explicou que aqui não se trata de uma questão de tribunais menores, mas sim de tribunais de menores.

Parece que são os tribunais pequenos, de causas pequena, o que pode levar a má interpretação. Referiu que o Deputado Paulo Barbosa sabe perfeitamente de que se trata, que é uma pessoa envolvida nesta causa.

Acrescentou que convém que fique registado, porque pode dar interpretações menos positivas, expondo que o que estava em causa é a nomeação de juizes para os tribunais de menores.

O **Vereador Vítor Bernardo** expôs que se trata de um mecanismo que existe na lei há muito tempo, desde a década de setenta, em que nos processos popular educativos, ou seja, nos processos em que os menores pratiquem o ilícito criminal, eles não são julgados, referindo-se a menores com menos de dezasseis anos. Eles não são julgados, mas vão ao meio jurisdicional e nesses processos em que há possibilidade dos menores serem institucionalizados, têm de intervir obrigatoriamente por lei juizes sociais.

Juizes sociais esses que são selecionados pelas câmaras municipais, e que o atual executivo reparou que nunca esta Câmara teve juizes sociais.

Referindo que, para chegar a esta proposta, houve uma candidatura, um edital, formulários de candidatura, e que a proposta esta que aqui está caso seja aprovada pela Assembleia Municipal, será remetida ao Ministério da Justiça, será publicado no Diário da República, e é um serviço público, não pago, e a escusa, que é o Ministra da Justiça, que a dá, porque se o juízo de competência genérica de Miranda do Douro, pedisse à Câmara, como já pediu, não há muito



Handwritten marks in blue ink, including a stylized symbol resembling a cross or a cross with a circle, and a signature 'A'.

tempo, juizes sociais, a Câmara neste momento não tem listas. E o juiz que quer juizes sociais não pode ir a uma lista escolhê-los. Reafirmando que a Câmara nunca teve juizes sociais.

O Deputado António Santos em resposta ao Vereador Vítor Bernardo disse que não é bem assim, que já tinha havido no tempo em que estava na Câmara o Engenheiro Rodrigo, elucidando que na altura foi dada indicação de juizes sociais, há já muitos anos atrás, de maneira diferente, e que já tinha tido a oportunidade de falar aqui sobre isso.

Em sua opinião, não lhe parece que o processo através de edital seja o mais correto para elencar os juizes sociais, de resto, a lei prevê que, ou são determinadas entidades, tais como as Escolas, CPCJ, a Misericórdia, ou outros, para esse efeito, mas que uma vez que o processo foi feito, da parte do Partido Socialista está tudo bem.

Reafirmou que, efetivamente, já tinha havido juizes sociais na Câmara de Miranda do Douro.

O Vereador Vítor Bernardo disse que, se já houve, nunca tinham sido publicitados, e que esta é a formalidade, tem que vir a Assembleia municipal e tem que se publicitado.

O Deputado António Santos respondeu que houve um processo, em que havia três pessoas da escola indicadas, e enviada essa indicação para a Câmara na altura, mas que já foi há muitos anos.

O Vereador Vítor Bernardo esclareceu que isto surgiu na década dos anos oitenta, que têm que ser quinze juizes sociais, e que o juiz é que escolhe, não é a Câmara que indica, é o contrário.

O Deputado António Santos lembra-se de terem sido indicadas três pessoas pela Escola, tal como outras instituições também indicaram outras pessoas.

Renovou que, na sua opinião, a respeito da forma como a lista de juizes sociais é publicitada, não lhe parece que seja a melhor forma, através dos avisos. Acha que este tipo de assunto devia ser publicitado de outras formas, mas que não tem nada a opor quanto à proposta apresentada.

Disse que lamenta que não haja mais professores envolvidos, porque são pessoas que lidam todos os dias com as crianças, eventualmente, mas que, tendo sido uma candidatura, não tem nada a opor.

O Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídas as intervenções e pôs este assunto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a lista de candidaturas tendentes ao recrutamento para Juizes Sociais para o biênio de 2023-2024, que irão intervir nas causas da competência dos Tribunais de Menores (Comarca de Bragança – Juízo de Competência Genérica de Miranda do Douro).



Ube
A

Prosseguindo, deu conhecimento de que a Câmara Municipal propôs a inserção de mais três assuntos na ordem de trabalhos, tendo em conta os prazos a cumprir, sendo que todos os membros presentes concordaram, e que passam a integrar a ordem de trabalhos sob os n.ºs de ordem n.ºs 6, 7, e 8.

Deixou nota de que tinha aceitado a inclusão destes assuntos na ordem de trabalhos porque tinham carácter temporal, e havia necessidade de aprovar estes assuntos.

Pessoalmente, acha que estes documentos deviam ter sido disponibilizados mais cedo, nomeadamente, os que respeitam aos pontos seis e sete, por serem longos.

Admitiu que, pessoalmente não tinha tido tempo de os ler, portanto, em consciência, neste caso, abstém-se.

6. Alteração ao mapa de pessoal 2023.

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições e, não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros presentes, foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para elucidar a respeito da alteração proposta, e em seguida foi posto este assunto a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, a alteração ao mapa de pessoal para o ano 2023.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse, relativamente ao mapa de pessoal, que foi trazido à Assembleia Municipal porque foram introduzidos três lugares para pessoas com incapacidade.

Referiu que, neste momento é possível fazer um acordo em que o IEFP paga uma percentagem para contratação de pessoas com incapacidade, tendo sido por esse motivo que resolveram introduzir no mapa de pessoal esses lugares. Informando que estes lugares serão para dotar o mapa de pessoal, caso mais tarde a Câmara Municipal pretenda abrir lugares nesse âmbito, referindo que as demais alterações têm a ver com trocas de lugares entre divisões caso um dia mais tarde se pretenda abrir os lugares, se for necessário.

O Deputado António Santos felicitou o Executivo Municipal por ter tido esta iniciativa, porque há já muito tempo que isso se pedia esse tipo de medida.

Mencionou que esse tipo de medida está previsto na lei, comentando que, infelizmente, existem várias situações dessas no Concelho, que necessitam desse tipo de emprego, portanto, considera tratar-se de uma medida positiva.

Perguntou que tipos de lugares são, e recordou um outro assunto que tem a ver também com pessoas com incapacidade, a questão da resposta, afirmando que o ideal será no trabalho, nesses



Handwritten initials and a large letter 'A' in the top right corner.

três lugares que criaram, mencionando que havia muita mais gente que fica em casa depois dos dezoito anos, depois da escolaridade obrigatória, e que não têm uma resposta em Miranda.

Lembrou que isso continua a existir e que era fundamental começar a pensar nisso e em programar uma resposta.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu que esta alteração é já o começo dessa resposta, dizendo que uma das pessoas irá trabalhar nas piscinas municipais, porque já esteve lá, através de um programa CEI+ e adaptou-se bem.

Referiu que se trata de uma pessoa com uma incapacidade motora de sessenta por cento, e que espera que o IEFP participe pelo menos entre os trinta e os quarenta por cento dessa mesma incapacidade.

Outra das pessoas a contratar também já esteve a fazer um CEI+, é para trabalhar na cultura, há já alguns anos que está a trabalhar pelo CEI+.

Quanto à outra pessoa, também se destina ao serviço da cultura, para administrativa, e também esteve a fazer um CEI+ na Câmara e no Museu e também tem uma capacidade.

Esclareceu que esta questão das incapacidades não depende do executivo, mas sim de uma equipa multidisciplinar que o IEFP vai criar para verificar se essas pessoas têm a deficiência que afirmam ter, e será em função dessa avaliação é que será definido qual será a percentagem participada pelo IEFP, e o remanescente será pago pela Câmara através de um contrato com duração de um ano, renovável por mais dois períodos idênticos. Ao fim de três anos, será aberto um concurso público para efetivar as pessoas contratadas.

Relativamente às pessoas com deficiência com mais de dezoito anos, já conversamos com a Associação LEQUE, que é a que está mais aberta a estes casos, referindo que a Câmara não pode criar aqui uma nova associação neste âmbito, mas que propuseram à referida associação para ponderarem abrir uma extensão da mesma aqui no Concelho de Miranda do Douro, para ter um local adequado para os pequenos, porque precisam de ter condições, afirmando que não são assim tão poucos quanto isso. Disse que já foi feito um levantamento e já há dezoito, com mais de oito anos, e mais três acerca dos que ainda têm dúvidas.

A Presidente da Câmara Municipal, dirigindo-se ao Deputado António Santos, disse, relativamente a esta situação dos deficientes, que uma pessoa olha para esta situação com sensibilidade e quer resolvê-la.

No entanto, que não é fácil criar um organismo de base, até porque a Câmara está em colaboração com a Associação LEQUE.



Handwritten initials and a mark in the top right corner.

Expôs que, aquando da última visita que fizeram e este território, ficaram encantados com as instalações em Malhadas. Referiu que há uma certa reticência da parte da Câmara Municipal em ceder essas instalações, porque essas instalações têm sido primordiais para acolhimento de muitos estudantes que vêm de visita ao nosso território.

E, portanto, estão a pensar em avançar com uma proposta, sendo que isso obriga a incluir também um edifício que é propriedade da Santa Casa da Misericórdia, em Vila Chã. Que, embora tenha menos capacidade, em termos de quartos, mas o Executivo tem que tomar decisões, sendo que, neste momento a decisão que tomaram foi não abdicar do Centro de Acolhimento de Malhadas, não por uma questão de insensibilidade para com a matéria, absolutamente, mas, é também a pensar na mais-valia que representa o Centro de Malhadas, para quem nos visita, para albergar estudantes e outras associações, dada a proximidade que Malhadas tem com a cidade de Miranda do Douro, e é neste pé que estão, a tentar avançar para concretizar o projeto, sim, para albergar e dar resposta a pessoas com deficiência, seja motora, seja física, mental, seja o que for, mas nesse espaço, mas, terá sempre que envolver a Santa Casa da Misericórdia, porque é a proprietária do edifício, em Vila Chã.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal acrescentou a este respeito que o espaço localizado em Vila Chã, servirá para, além de acolher as pessoas com deficiência, acolher pessoas com demência.

O Deputado António Santos referiu que, mais do que as dormidas é a ocupação durante o dia, porque é importante que as famílias possam fazer a sua vida normal durante o dia.

É como se fosse uma escola, com ocupações, um Centro de Dia, basicamente. Não é tão pesado, nem tão caro, e, se calhar, resolve-se mais facilmente.

A Presidente da Câmara Municipal, dirigindo-se ao Deputado António Santos, comentou que é do conhecimento público que vivemos num território de população envelhecida. E que, atendendo a esse facto, tem de se começar a pensar que muitos destes pais, destes cuidadores, já eles próprios vão começar a necessitar de cuidados, e, portanto, terá que se pensar nessa vertente de acolhimento vinte e quatro horas. Salientando que, precisamente devido a essa consciência que se tem em relação à realidade do território em que vivemos, se está a trabalhar da forma referida.

O Presidente da Assembleia Municipal disse, que tendo em consideração que de facto está em causa, pessoalmente alterou a sua posição em relação a esta questão e pôs o assunto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade a alteração ao mapa de pessoal para 2023, consoante proposto pelo Executivo Municipal.



Handwritten marks in the top right corner, including a blue scribble and a signature 'A'.

7. Prestação de constas e relatório 2022.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições tendo-se inscrito os membros a seguir indicados: Emanuel Bernardo, António Santos, Pedro Velho, e Fernando Vaz das Neves.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, relativamente ao relatório de contas, disse que se verificou uma execução a rondar os sessenta e poucos por cento, afirmando que é de fácil explicação só esta execução.

Estavam para arrancar vários projetos no ano de dois mil e vinte e dois, tal como a Zona Industrial, e a ETA, que são dois projetos que fazem descer a percentagem de execução muito para baixo. A seguir surgem os problemas dos miradouros, que não foi pago, causando a descida da execução.

Quanto ao que o Executivo se propôs, conseguiram fazer os projetos todos que tinham programado fazer em dois mil e vinte e dois, e lamentou o facto de não terem conseguido dar início a essas obras nesse mesmo ano. Se o tivessem conseguido, a execução teria chegado a mais dos noventa por cento.

A **Presidente da Câmara Municipal** apelou aos membros deste órgão deliberativo para que lessem a última frase do relatório do ROC, que o que lá consta dá ao executivo uma plena satisfação com a execução e com as contas da autarquia.

Mencionou que não iria apelar a que pensassem, mais uma vez, como tem feito, dizendo que as coisas estão a ser feitas com total transparência, e com seriedade, porque essa é uma marca que este executivo pretende deixar e que está a deixar.

O **Deputado Emanuel Bernardo** concordou com aquilo que a Senhora Presidente disse quanto à questão de estar bem estruturado e de toda a questão de transparência que é apresentado no Relatório e Contas, pretendendo apenas referir que existem neste relatório e contas dois pontos preocupantes. A questão da execução da despesa que é de sessenta e sete por cento, mas que não considera ser o mais preocupante, sendo aquilo que mais o preocupa pessoalmente a questão daquilo que se trata na execução da despesa de capital, porque não chega a metade. Referiu que ao falar em despesa de capital se refere àquilo que são as obras estruturais, pois a despesa corrente são questões correntes, e, na questão da despesa de capital, fala-se daquilo que realmente foi aprovado e que seria realizado no decorrer do ano de dois mil e vinte e dois, sendo que, dessas obras em despesa de capital, infraestruturas, etc, nem metade foram realizadas.



Handwritten initials and a mark in the top right corner.

Comentou que isto do ponto de vista político o leva a retirar a conclusão de que não foi feito aquilo que foi, praticamente e por assim dizer, comprometido nesse orçamento.

Isso leva-o a concluir, até para este ano em que estamos, dois mil e vinte e três, em que o orçamento foi muito elevado, devido ao que, teme que essa taxa de execução em termos de despesas de capital seja menor e por isso, não poderá votar a favor e abstém-se na votação deste tópico.

O Deputado António Santos referiu que o Deputado Emanuel Bernardo já tinha dito praticamente tudo, e que os deputados do Partido Socialista não puseram em questão as contas, nem o rigor das contas, que isso está perfeitamente atestado pelo técnico de contas.

Disse que a questão é pouco aquilo que o Senhor Vice-Presidente mencionou, tem a ver com a baixa taxa de execução.

Comentou que, de facto, o Deputado Emanuel Bernardo referiu as despesas de capital, que andam nos quarenta e cinco por cento, portanto, e como obtiveram na aprovação do orçamento, e não têm disciplina partidária neste caso, porque também se vai abster.

Acha que o orçamento deve ser mais rigoroso, recordou que já tinham alertado em relação a este orçamento para dois mil e vinte e três, que foi ainda mais elevado arriscando-se a chegar ao fim, e que às vezes, é preciso ver a capacidade de execução.

Afirmando que daí não vem mal ao mundo, mas que depois não são cumpridas, e acaba por haver um ajuste, um desfasamento grande entre aquilo que se propõe fazer, e o que efetivamente se faz. Sendo que esse desfasamento acaba por caracterizar a gestão do executivo, e devido ao exposto abstém-se, mas não têm disciplina partidária.

A Presidente da Câmara Municipal enalteceu os contributos que o Deputado Emanuel Bernardo deu, porque já está a começar a surtir efeitos práticos a formação superior dele e por isso o enaltece.

Quanto ao resto, comentou que é muito fácil quando se está do outro lado, mas é menos fácil para quem está a executar, quem está como elemento do executivo, há essa barreira, mas, certamente, que a vida lhes há de provar isso se tiverem oportunidade de estar no lugar que o executivo agora ocupa.

O Deputado Pedro Velho cumprimentou todos, em geral, e continuou dizendo que lamenta, pela segunda vez, a ausência de alguém dos corpos técnicos de contabilidade da Câmara Municipal, que teria sido bastante útil para a discussão dos documentos.



10

A

Mencionou que, efetivamente, já tem um parecer técnico, mas que se poderia fazer uma melhor avaliação destes documentos com a presença de alguém dessa divisão.

Referiu que teria sido bom contar com a presença na Assembleia de algum funcionário da parte da contabilidade que pudesse esclarecer dúvidas. Reforçou que estas dúvidas não são políticas, mas sim técnicas, e que, quanto sabe, é normal na Assembleia estar presente algum representante da Divisão Administrativa e Financeira. Findou, dizendo, que já o havia recomendado no ano anterior e que acredita que a sua presença daria transparência e maior profundidade às discussões da Assembleia.

O Deputado Fernando Vaz das Neves cumprimentou a todos e, relativamente às questões levantadas pelo Partido Socialista, afirmou que também ele gostava de ter uma taxa de execução mais elevada deste orçamento, tal como todos os deputados da Coligação, transmitindo que o executivo está a viver uma situação complicada e todos os dias chegam para o executivo pedidos de prorrogação de prazo. Ou por falta de material, por falta de mão de obra, por aumento de preços, e que, tudo isto é uma conjuntura que não estava prevista e que tem afetado o executivo precisamente na execução deste orçamento. Referindo que é preciso ter em conta, e acha que grande parte disso vem daí, do atraso dos fundos comunitários.

Referiu que este assunto foi tratado na CIM também, na passada quarta-feira, onde o Deputado António Santos esteve, afirmando que o problema é transversal, não é um problema exclusivo de Miranda, mas sim das autarquias todas do país.

O Vereador Vítor Bernardo referiu que ainda agora há pouco disse ao Presidente da Junta de Duas Igrejas que os procedimentos concursais, a formalidade foi toda efetuada em novembro, e as despesas de capital passaram para dois mil e vinte e três, as consignações e as adjudicações foram de dois mil e vinte e três, portando, esta é a explicação para a baixa execução.

Desfechadas as intervenções foi posto este assunto a votação, tendo sido deliberado, por maioria dos vinte e seis membros presentes na sessão, aprovar os documentos de Prestação de Contas e o Relatório respeitantes ao ano dois mil e vinte e dois, com dezanove votos a favor, e sete abstenções.

8. 14.ª Alteração ao orçamento de 2023 que incorpora a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da receita, a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, e a 1.ª modificação ao plano de atividades municipais.

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para que os membros desta assembleia se pronunciassem a respeito deste assunto e, não se verificando nenhuma



PT

A

inscrição, foi dada a palavra ao Vereador Vítor Bernardo para dar uma breve explanação a respeito da matéria em apreciação.

O Vereador Vítor Bernardo explicou que isto é o fluxo de caixa, é a transição dos montantes de um ano para o outro, porque se não se fizesse, não se podia fechar as contas.

O Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídas as intervenções pondo este assunto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a 14.ª alteração ao orçamento de 2023 que incorpora a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da receita, a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, e a 1.ª modificação ao plano de atividades municipais, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conforme proposta apresentada, dando por transcrito o teor da referida proposta para a presente ata.

9. Apreciação da informação a prestar pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições a fim de que os membros que assim entendessem intervissem, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

A Presidente da Câmara Municipal referiu que das informações a prestar por ela, na qualidade de Presidente da Câmara, considera que muitas delas já foram prestadas ao longo desta Assembleia Municipal. Perguntou se alguém pretendia colocar mais alguma questão mais em concreto.

O Deputado António Santos solicitou alguns esclarecimentos relativamente a algumas das informações que constam na informação a prestar pela Sr.ª Presidente.

Perguntou, relativamente ao cemitério, que está a ser requalificado e que é importante fazê-lo, mas que, infelizmente, terá de se começar a ponderar o alargamento do cemitério.

Lembrou-se de outro assunto relacionado com este, que é a questão da inexistência de uma casa mortuária em Miranda do Douro, e acha que é uma lacuna imensa, e não compreende como é que uma cidade está sem uma casa mortuária, digna, com luz, arejada, própria destes tempos.

Acha que é inexplicável, porque qualquer aldeia tem um espaço digno para as pessoas estarem.

Afirmou que, quer queiramos quer não, o espaço existente em Miranda não é adequado aos tempos em que estamos referindo que não se trata de um investimento assim tão grande.

Solicitou esclarecimento relativamente ao Pavilhão da Terronha, perguntando se vão fazer a reabilitação do pavilhão, e que espera que sim. E procurou saber que tipo de intervenção é que vai ser lá feita, requalificação do que está, alargar, dizendo que gosta de ouvir de quem de direito.



Perguntou relativamente a uma série de candidaturas ao POCH TEC, que lhe parece interessante, e que gostava de saber que tipo de candidaturas é que estão a fazer, porque, de facto, acha que é importantíssimo, e que gostava de saber mais pormenores sobre isso.

A presidente da Câmara Municipal deu resposta às questões colocadas conforme se segue:

"Em relação à questão das intervenções no cemitério, estamos sempre a falar de questões muito sensíveis, ou de uma questão muito sensível.

Houve inicialmente alguma confusão, porque não informamos as pessoas, naturalmente não íamos informar todas as pessoas que têm os seus entes queridos no cemitério e quando se aperceberam que havia uma limpeza dos muros, houve muitas campas que ficaram sujas, foram dadas instruções aos funcionários da empresa que adjudicou a obra, que no final dos trabalhos em cada dia limpassem ou dessem alguma limpeza às campas que foram mais afetadas com essa intervenção, necessariamente nunca se chega àquele momento perfeito, porque as pessoas, por uma razão ou por outra acham sempre que se mexe e eu que eu vos digo isto é uma questão muito sensível. Outra questão, e relativamente a esta obra de intervenção no cemitério, no decurso desta obra pavimentar alguns percursos. Também há a questão por causa da cota da parte nova do cemitério, que temos que drenar as águas e também está em cima da mesa um projeto, e às vezes nós pensamos que isto é muito fácil, falamos de drenagem de águas no cemitério.

Quando começamos a abordar esta matéria, há uma situação e tem precisamente a ver com a cota mais baixa desta parte nova do cemitério, que, infelizmente ainda tem muitos lugares para ocupar e que assim estejam durante muito tempo.

Tivemos um Inverno chuvoso entre dezembro e janeiro e claro que se adensou ali muita água que não saía. E se pensarmos que é fácil pensar num projeto de drenagem de águas não é. Porque muita daquela água, primeiro que se fixa em cima das campas, não permita decomposição dos corpos, e muita daquela água que flui das campas, não é só água que cai do céu.

Portanto, também temos que ter a sensibilidade para onde conduzir essas águas, porque essa água não pode livremente ir para os campos.

E quase que associado a isto, há essa matéria da Casa Mortuária, pois nós sabemos, e temos infelizmente, ido algumas vezes a prestar homenagem a pessoas próximas, outras pessoas nossas conhecidas, outras pessoas amigas e alguns familiares, e de facto, aquele espaço já não oferece as mínimas condições, já está a trabalhar aquém do mínimo.

Só que se coloca a questão, e eu estou aberta a sugestões, para onde e onde construir a casa mortuária. E não sei se os senhores conhecem, se não, mas eu partilho convosco onde era o Café



Handwritten initials and a signature in blue ink.

Kivoli, que funcionou lá durante muitos anos, a Santa Casa da misericórdia já abordou os proprietários desse imóvel, e eles, por questões que são pessoais e que temos que respeitar, não querem vender o edifício para que se destine a casa mortuária, e temos que respeitar.

E que seria na lógica e na ótica de qualquer um de nós, poderíamos achar de facto que era um sítio adequado, que tem área, é próximo da Capela da Misericórdia, mas nem seria, se fosse utilizada, mas como muitas das vezes os corpos saem da Capela da Misericórdia e vão para a Sé, seria aquele local ideal. Temos é que respeitar a opinião das pessoas e as pessoas preferem abdicar de um incremento económico para elas próprias do que abdicar do imóvel, sabendo que ele se destina a isso. Mas é uma questão de respeito e podemos não concordar, ou até concordar, e nós temos é que tentar fazer esse exercício, de sermos nós os proprietários, e até, sentir ou não o desconforto, ou o conforto de vender para esse fim.

E, por isso é que eu vos digo, é uma questão que não é de fácil resolução, porque se fosse de fácil resolução, eu vos diria o local e quando se iniciariam as obras, porque as obras não serão do executivo, naturalmente, mas de alguma maneira havemos de ter que ajudar na concretização, nem que seja com os nossos técnicos da área da DAGU e da área da DOM. Por isso, não é fácil e temos que o reconhecer, porque isto é uma questão que existe neste momento, a resposta é inadequada, mas é neste momento, é o que existe.

Se vocês tiverem algum edifício que possam indicar como alternativa à casa mortuária que existe neste momento somos todos ouvidos, como se costuma dizer.

Relativamente ao pavilhão da Terronha, a nossa vontade é que haja intervenção no pavilhão, de facto temos um projeto da DAGU para esse pavilhão, mas é um projeto que tem um custo enorme. E neste momento, não estamos em condições de abraçar esse projeto, porque há outras questões que são prioritárias, mas, não quero que pensem que não é prioritário termos o pavilhão da escola arranjado. Às vezes há a ideia de requalificá-lo tal qual como está, não nos oferece provavelmente aquela resposta que nós gostaríamos, porque andamos sempre, é o miniauditório da minipavilhão, e estamos a ponderar qual é que é a melhor solução

Relativamente aos projetos do POCH TEC, estamos a trabalhar nisso e o mais que vos posso informar é que na próxima reunião da Assembleia Municipal traga aqui em concreto os projetos que vamos candidatar.

E será sempre nesta ótica dos projetos transfronteiriços, porque é isso que cada vez mais está no terreno e é nestes projetos que temos que trabalhar.



Handwritten marks in the top right corner, including a blue scribble and a large letter 'A'.

Temos encetado alguns contactos com alcaides aqui desta zona transfronteiriça, pois claro, porque isto é para esse fim.

E é o que eu vos digo, o meu compromisso fica aqui na próxima reunião da Assembleia Municipal, traremos aqui o que efetivamente de hoje até a próxima reunião, o que se concretizar, ou pelo menos se aflorar, para que venham a integrar esses projetos.”

O Deputado António Santos perguntou, ainda em relação à casa mortuária e ao cemitério, acerca de outro pormenor, que se tem assistido cada vez mais às pessoas optarem pela cremação. Realçou que seria importante começar a pensar em criar nos cemitérios espaços próprios para receber esses restos mortais, e que já foi feito em todo o lado, em algum sítio chamam-lhe o roseiral, chamam-lhe nichos, próprios nos cemitérios para quem quer lá depositar as cinzas que cremou noutros lados. Parece-lhe que também tem que se acompanhar os tempos nesse aspeto, e ver o que se pode fazer para melhorar.

Relativamente às candidaturas, disse que vê com bons olhos esse diálogo com os nossos vizinhos, até mesmo nesta questão dos cemitérios.

Porque, até aqui, uma pessoa ia ser cremada ao Porto, à Beira Alta, quando temos aqui já Zamora a quarenta quilómetros, tem dois ou três equipamentos desses.

Disse que essa comunicação entre vizinhos se badala muito, até na saúde, mas que, depois é difícil sair do papel nessas áreas.

Referiu que, às vezes, é uma questão de também de insistir e de ir tentando, de ir falando, e de ir lembrando.

A Presidente da Câmara Municipal respondeu da seguinte forma:

“Esta questão do crematório, é assim, tinha que ser uma empresa privada a olhar para este território e ver aqui um nicho de mercado que poderia servir naturalmente uma área vastíssima.

Relativamente a podermos usufruir dessa mais-valia, que é o crematório de Zamora, disse que, neste momento, a legislação não o permite, mas, que é uma questão na qual poderão eventualmente trabalhar e até insistir com isso.

Tem tomado conhecimento, porque de facto, há muitas pessoas que já optam por essa forma e tem tomado conhecimento que a cada vez mais da parte das famílias que optam pela cremação dos seus entes queridos, que quando fazem o jazigo, já colocam lá locais próprios para alojar as cinzas. E há muitas pessoas que até tomam outras decisões, mas isso são decisões pessoais e é nós aí temos que simplesmente aceitar, porque cada um faz o que bem entende, aquilo que lhe traz mais conforto, em termos do destino que dá às cinzas dos entes queridos.



Professor António, de facto essa mais-valia que temos aqui a menos de cinquenta quilómetros, que é a cidade de Zamora e o crematório de Zamora. Zamora também teve a capacidade de se reinventar nesse aspeto aquando da pandemia.

E não se viu essa revolução nessa matéria aqui em Portugal, os crematórios que existiam, não tomei conhecimento que tivessem sido criados mais, que a legislação também deve ter mais apertos aqui do nosso lado do que em Zamora.

Aqui em Miranda só se houver efetivamente algum empresário particular que opte por isso e a partir daqui, sim, serviriam um território vastíssimo.”

O Vereador Carlos Ferreira apresentou intervenção falada em Língua Mirandesa, cuja tradução para a língua portuguesa se segue:

“Bons dias a todos e a todas. Obrigado Senhor Presidente. Colegas da Mesa.

Representantes da Assembleia

Peço desculpa por esta intromissão da minha parte, mas agradeço a palavra, e deixar só um elemento de reflexão lançado, que me parece extremamente importante.

Sobre esta questão de que estamos a falar e tendo em conta a malograda desgraça que aconteceu há pouco tempo com aquele rapaz de Sendim, o Miguel.

A morte é das coisas mais sagradas para o homem a nível global. Portugal é uma República laica, mas tem um historial de promiscuidade ou podemos arranjar outra palavra de colaboração com a Igreja Católica muito grande do ponto de vista histórico, muito grande. E a nossa sociedade está a mudar totalmente.

Eu acho que era importante que a nossa Câmara Municipal e para os nossos presidentes de junta, pelo menos começar a fazer uma reflexão.

Noutro dia na sequência do malogrado acontecimento eu e a Doutora Virgínia tivemos uma longa conversa e uma longa reflexão sobre isto.

E hoje em dia todas as pessoas que queiram sepultar e saiam fora do contexto cristão, podem ter problemas. Porque as casas que podem receber os cadáveres e proporcionar uma cerimónia de despedida encontram-se todas dentro das igrejas.

E nós sabemos a quem pertencem as igrejas, pertencem ao clero, e se o pároco que administra cada igreja se recusar a admitir aquela pessoa dentro daquela igreja, dentro daquele espaço, não há nada a fazer. Porque aquele espaço tem um proprietário, e, portanto, é importante fazermos esta reflexão na nossa sociedade, fazer desenvolver e amadurecer esta ideia, no contexto das freguesias, e no contexto da Câmara, porque a sociedade está cada vez a mudar mais, ainda vai



mudar mais e estas questões vão ser colocadas cada vez mais, e depois quando são colocadas ficamos com elas em braços e não sabemos o que havemos de fazer

Parece-me que dada a importância do tema, como eu disse, o homem começou a diferenciar-se do macaco quando começou a honrar a memória os seus defuntos, e a sepultar os seus defuntos. Portanto, esta é uma temática extremamente importante, e acho que é importante lançar uma reflexão e ninguém melhor no contexto do nosso Concelho pelas pessoas todas que estão aqui para começar a refletir, e começar a perceber a evolução que vai ser necessário fazer.”

A Presidente da Câmara Municipal referiu que não queria estar a trazer casos pessoais aqui, mas, já que o Vereador Carlos Ferreira falou desta situação de que todos nós tivemos conhecimento, que foi a morte do Miguel Ferreira, que nos tocou a todos de uma forma muito sentida, também tivemos conhecimento que houve uma circunstância, com o Senhor Padre António Ferreira, em Sendim.

Mas mais do que isso, eu quero aqui publicamente enaltecer o papel que teve o Padre Manuel, o nosso padre, o nosso pároco aqui de Miranda, que não conhecendo sequer os pais do Miguel, e sabendo perfeitamente da pouca ligação que têm a religião católica, mas, não os conhecendo de todo, aceitou sem o mínimo de pudor fazer a missa de sétimo dia que correu no domingo passado e teve uma intervenção, se alguns de vós tivestes lá, teve uma intervenção de uma manifestação de sensibilidade e de carinho para com uma comunidade que não foram só os pais do Miguel, mas sobretudo também com os pais do Miguel, mas com uma comunidade no seu todo que nos deixou eternamente gratos. E é isto que eu quero deixar aqui, porque nós temos que respeitar a posição que cada um tem perante a religião, nós não somos ninguém para estar a julgar os outros, absolutamente, e o Padre Manuel provou isso.

Celebrou a missa desconhecendo quem eram os pais de Miguel, desconhecendo o próprio Miguel, mas fê-lo a pedido dos pais do Miguel.

E é o que eu vos digo foi um momento de alguma conciliação em termos de comunidade, porque soube enaltecer pessoas desconhecidas, e ele enalteceu isso, que a igreja dele, ou a catedral dele, ou a igreja que ele lidera está aberta a todos, e é isso que eu quero deixar aqui, esta gratidão em meu nome pessoal e em nome do executivo.

O Vice-Presidente da Câmara solicitou o uso da palavra para responder ao Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro, porque não lhe deu resposta.

Passou a responder dizendo que relativamente às Aldeias Seguras a portaria trezentos e um de dois mil e vinte refere que se podem fazer candidaturas individuais, só têm de apresentar o projeto



Handwritten marks in blue ink, including a stylized symbol resembling a cross or a cross with a circle, and a signature-like mark.

e ser aprovado na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, mas que o mais aconselhável é fazerem uma candidatura em conjunto, e vão as três, ao mesmo tempo, São Martinho, Cicouro e Constantim.

O Vereador Vítor Bernardo informou a respeito do Centro de Inspeções Técnicas, que o IMT tinha combinado com a Câmara de Miranda, em novembro de dois mil e vinte e dois, a abertura do concurso no primeiro trimestre de dois mil e vinte e três para instalar um Centro de Inspeções Técnicas aqui no Concelho de Miranda do Douro.

Aconteceu que o Conselho de Ministros emitiu uma resolução em catorze de dezembro do ano transato a transferir esta competência de lançar concursos para sair CITV'S à CCDR.

Resultando daqui que em janeiro reuniram com o vogal do IMT, tendo o vogal dito de imediato que existe uma resolução de catorze de dezembro, e que não podiam fazer aquilo.

O Vereador Vítor Bernardo pediu ao Professor António Cunha, que é o Presidente da CCDR a mesma missiva que tinha remetido ao IMT no início do mandato, porque tinha conhecimento de que a CCDR também não podia, porque ainda não há leis orgânicas, não há transferências e de facto o departamento Jurídico da CCDR responde a dizer que sim, que vão ser eles, mas agora que não podem, que tem que ser o IMT.

Está a acontecer que a resolução do Conselho de Ministros de catorze de dezembro mais dois anos no mínimo de espera para CITV, e bastou transferir a competência para abrir os concursos. Referiu que a empresa que manifestou vontade em março de dois mil e vinte e um, já fez dois anos, vão intentar uma ação para que o IMT cumpra.

E que se não tivesse acontecido isto, seguramente que já tinham um concurso aberto e se calhar tinham já um candidato.

Fechado o período das intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal no sentido de elucidar os presentes acerca do teor da informação por ela dirigida a este órgão deliberativo, concernente à atividade da Câmara Municipal, nas suas diversas divisões, entre o dia oito de fevereiro e o dia oito de abril do ano em curso, a respeito do que todos os membros se consideraram esclarecidos.

Nada mais havendo a tratar, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão eram doze horas e trinta minutos.



O Presidente da Assembleia Municipal

Osérgio José António Afonso

Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão

AM